

Newton Rossi explica porque quer a representação

Em nome da Federação do Comércio de Brasília, vimos apresentar nossa proposta aos participantes desse encontro que trata do futuro político de Brasília, mais especificamente da realização de eleições de representantes da comunidade brasiliense no Congresso Nacional.

Somos dos que acreditam que não cabe mais discutir a validade da proposta de conferir à população brasiliense igualdade com os demais habitantes desta nação. Da mesma maneira que os brasileiros de todos os estados e territórios, cremos que o cidadão que nasceu no Distrito Federal, ou o escolheu para aqui fixar seu domicílio, não pode mais permanecer à margem do processo político-eleitoral. Mais que isso, deve ter assegurado o direito de exercer, aqui mesmo, o legítimo direito do voto.

Muitos concidadãos que aqui se alistaram desejam exercer esse direito, única forma de se sentirem plenamente no gozo de seus direitos. Muitos outros que aqui residem, mas não abriram mão do título através do qual permanecem vinculados às cidades de origem, gostariam de modificar essa situação artificial e participar de forma mais efetiva da vida da cidade que escolheram para residir.

Mas cremos que tudo isso faz parte de um amplo consenso que já se formou — a idéia de que não há mais razão para que Brasília permaneça à margem do processo eleitoral. O que consideramos oportuno debater é a maneira pela qual se dará, inicialmente, o ingresso dos habitantes da capital na plenitude de seus direitos políticos.

Em primeiro lugar, parece lícito afirmar que já é oportuno dar partida ao processo. Todo o país empenhou-se, ano passado, em campanhas eleitorais que culminaram com a grande festa do voto no dia 15 de novembro. Desse processo resultou, como

seu coroamento natural, a posse dos governadores eleitos, quase metade dos quais pelos partidos de oposição, e a consequente modificação sensível da fisionomia política do país.

Aprendemos, depois de longo interregno no qual as coisas não se puderam passar dessa forma, que a convivência e colaboração de contrários é parte da essência mesma da democracia; que do saudável entrechoque de idéias e posições, resolvido pelos mecanismos formais e informais da democracia, nascem as soluções que melhor se adequam aos interesses nacionais; e que a defesa desses interesses há de passar, necessariamente, pela frequente e regular consulta à vontade popular, o que nas democracias ocidentais faz-se normalmente através de eleições.

Ora, quando todo o Brasil embriaga-se na festa democrática, por que condenar parcela significativa de sua população, e justamente aquela que vive mais próxima, fisicamente, dos principais centros de poder, ao jejum eleitoral? A existência de executivos estaduais confiados às mãos de representantes oposicionistas já está demonstran-

do um fato que a maioria da nação já sabia ser verdadeiro: que a convivência dos contrários, a que nos referimos há pouco, além de desejável do ponto de vista da ética democrática, também não será obstáculo à correta gestão da coisa pública ou à harmonia entre as diversas esferas da administração nacional.

Por isso não há o que temer, sob este aspecto. O voto em Brasília permitirá que o brasiliense se expresse no mais alto nível, sem que dele resultem efeitos colaterais perniciosos à saúde da gerência do bem comum.

Já que consideramos líquida e certa a oportunidade de desencadear-se na capital federal o processo político-eleitoral, cremos ser válido aventar a maneira pela qual julgamos conveniente dar partida a este processo.

Não temeríamos, pelas razões aqui expostas, que desde logo fosse o brasiliense chamado a escolher, pelo voto direto e universal, representantes em todos os parlamentos, tanto para o Congresso Nacional como para assembleia legislativa que aqui se instalasse; tão pouco ha-

veria, no nosso entender, problema maior em eleger-se da mesma forma o governador do Distrito Federal, e até mesmo prefeitos e câmaras de vereadores para as cidades-satélites. Tal prática é comum às capitais de várias nações que, como nós, adotam a democracia como base da organização de suas sociedades.

Entretanto, cremos que o bom senso e o realismo aconselhariam, nesse momento de transição para regimes mais abertos e próximos da plenitude democrática, que o atingimento de tais objetivos seja buscado em etapas, cada uma das quais serviria de base para que se galgasse degraus mais elevados num caminho em permanente mutação, como acontece com as coisas ligadas à sociedade humana.

Por isso defendemos a idéia de que, num primeiro momento, sejam os eleitores de Brasília incumbidos pela legislação de escolher, entre seus pares, representantes da comunidade aos parlamentos que se constituem na mais alta expressão do poder político, ao lado do Executivo e do Judiciário: as duas câmaras do Congresso Nacional.

Elegeríamos, assim, deputados federais e senadores, que teriam a incumbência de fazer chegar a toda a nação a voz e o pensamento dos brasilienses. Acreditamos que, dessa forma, estaremos contribuindo, de um lado, para colocar Brasília e sua gente em pé de igualdade com as demais unidades da Federação e os brasileiros que, do Acre à Paraíba, de Roraima ao Rio Grande do Sul, encetam hoje a caminhada em busca dos gloriosos destinos do país; de outro, também estaremos enriquecendo o Congresso Nacional com a presença dos integrantes de uma comunidade que, certamente, encontra-se entre as mais maduras e esclarecidas da grande nação brasileira.



Newton Rossi